

WALBER DE MOURA AGRA

CURSO DE DIREITO CONSTITUCIONAL

10ª edição

Belo Horizonte

FÒRUM
CONHECIMENTO JURÍDICO

2021

© 2006 Editora Forense
 2007 2ª edição
 2007 3ª edição
 2008 4ª edição
 2009 5ª edição
 2010 6ª edição
 2012 7ª edição
 2014 8ª edição
 © 2018 9ª edição Editora Fórum Ltda.
 2021 10ª edição

É proibida a reprodução total ou parcial desta obra, por qualquer meio eletrônico, inclusive por processos xerográficos, sem autorização expressa do Editor.

Conselho Editorial

Adilson Abreu Dallari	Floriano de Azevedo Marques Neto
Alécia Paolucci Nogueira Bicalho	Gustavo Justino de Oliveira
Alexandre Coutinho Pagliarini	Inês Virgínia Prado Soares
André Ramos Tavares	Jorge Ulisses Jacoby Fernandes
Carlos Ayres Britto	Juarez Freitas
Carlos Mário da Silva Velloso	Luciano Ferraz
Cármem Lúcia Antunes Rocha	Lúcio Delfino
Cesar Augusto Guimarães Pereira	Marcia Carla Pereira Ribeiro
Clovis Beznos	Márcio Cammarosano
Cristiana Fortini	Marcos Ehrhardt Jr.
Dinorá Adelaide Musetti Grotti	Maria Sylvia Zanella Di Pietro
Diogo de Figueiredo Moreira Neto (<i>in memoriam</i>)	Ney José de Freitas
Egon Bockmann Moreira	Oswaldo Othon de Pontes Saraiva Filho
Emerson Gabardo	Paulo Modesto
Fabício Motta	Romeu Felipe Bacellar Filho
Fernando Rossi	Sérgio Guerra
Flávio Henrique Unes Pereira	Walber de Moura Agra

FÓRUM
 CONHECIMENTO JURÍDICO

Luís Cláudio Rodrigues Ferreira
 Presidente e Editor

Apoio: Associação dos Magistrados Brasileiros

Coordenação editorial: Leonardo Eustáquio Siqueira Araújo
 Aline Sobreira de Oliveira

Av. Afonso Pena, 2770 – 15º andar – Savassi – CEP 30130-012
 Belo Horizonte – Minas Gerais – Tel.: (31) 2121.4900 / 2121.4949
 www.editoraforum.com.br – editoraforum@editoraforum.com.br

Técnica. Empenho. Zelo. Esses foram alguns dos cuidados aplicados na edição desta obra. No entanto, podem ocorrer erros de impressão, digitação ou mesmo restar alguma dúvida conceitual. Caso se constate algo assim, solicitamos a gentileza de nos comunicar através do e-mail editorial@editoraforum.com.br para que possamos esclarecer, no que couber. A sua contribuição é muito importante para mantermos a excelência editorial. A Editora Fórum agradece a sua contribuição.

A277c Agra, Walber de Moura

Curso de Direito Constitucional / Walber de Moura
 Agra.-10. ed. Belo Horizonte : Fórum, 2021.

956 p.
 ISBN: 978-65-5518-249-1

1. Direito Constitucional. 2. Direito. I. Título.

CDD 341.2
 CDU 342

Informação bibliográfica deste livro, conforme a NBR 6023:2002 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT):

AGRA, Walber de Moura. *Curso de Direito Constitucional*. 10. ed. Belo Horizonte: Fórum, 2021. 956 p. ISBN 978-65-5518-249-1.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO À DÉCIMA EDIÇÃO	25
APRESENTAÇÃO À NONA EDIÇÃO	27
APRESENTAÇÃO À OITAVA EDIÇÃO	29
APRESENTAÇÃO À SÉTIMA EDIÇÃO.....	31
APRESENTAÇÃO À SEXTA EDIÇÃO.....	33
APRESENTAÇÃO À QUINTA EDIÇÃO	35
APRESENTAÇÃO À QUARTA EDIÇÃO.....	37
APRESENTAÇÃO À TERCEIRA EDIÇÃO	39
APRESENTAÇÃO À SEGUNDA EDIÇÃO.....	41
APRESENTAÇÃO	43
CAPÍTULO 1	
ESTADO	45
1.1 Território.....	46
1.2 Povo	47
1.3 Governo	47
1.4 Poder.....	48
1.5 Origem e justificação do Estado.....	50
1.5.1 Estado Antigo.....	51
1.5.2 Estado grego.....	52
1.5.3 Estado romano	52
1.5.4 Estado medieval	53
1.6 Estado de Direito	54
1.7 O Estado Moderno	56

1.8	O Estado Liberal e o Estado Social	57
1.9	A crise do Estado Social de Direito	62
1.10	Globalização.....	65
1.11	Pós-modernidade e a crise do direito legislado.....	66
1.12	O “estertor da democracia”: crise do Estado Democrático de Direito	69

CAPÍTULO 2

PODER CONSTITUINTE	71
2.1 Poder Reformador	73
2.2 Poder Decorrente e suas limitações.....	74
2.3 Modificação pela mutação constitucional	78

CAPÍTULO 3

CONSTITUIÇÃO.....	81
3.1 Força normativa.....	83
3.2 Sistemas constitucionais	85
3.2.1 Sistema inglês	85
3.2.2 Sistema francês	87
3.2.3 Sistema norte-americano.....	88
3.3 Neoconstitucionalismo.....	89
3.3.1 O papel dos direitos humanos no neoconstitucionalismo	91
3.4 Visão sociológica da Constituição	93
3.5 Visão jurídica da Constituição	94
3.6 Visão política da Constituição.....	95
3.7 Características da Constituição.....	96
3.8 Classificações das Constituições.....	98
3.8.1 Quanto ao conteúdo.....	98
3.8.1.1 Constituição material	98
3.8.1.2 Constituição formal	99
3.8.2 Quanto à origem.....	100
3.8.2.1 Constituição promulgada	100
3.8.2.2 Constituição outorgada	100
3.8.3 Quanto à forma.....	100
3.8.3.1 Constituição costumeira	100
3.8.3.2 Constituição escrita.....	101
3.8.4 Quanto à estabilidade.....	101
3.8.4.1 Constituição rígida.....	101
3.8.4.2 Constituição flexível	101
3.8.4.3 Constituição semirrígida	102

3.8.4.4	Constituição imutável.....	102
3.8.4.5	Constituição fixa.....	102
3.8.5	Quanto à extensão.....	102
3.8.5.1	Constituição sintética.....	102
3.8.5.2	Constituição analítica.....	103
3.8.6	Quanto ao modo de elaboração.....	103
3.8.6.1	Constituição dogmática.....	103
3.8.6.2	Constituição histórica.....	103
3.9	Outros tipos de classificações.....	103
3.10	Diferenciação entre fonte constitucional formal e material.....	105
3.11	Histórico das Constituições brasileiras.....	105
3.11.1	Constituição de 1824.....	105
3.11.2	Constituição de 1891.....	107
3.11.3	Constituição de 1934.....	108
3.11.4	Constituição de 1937.....	109
3.11.5	Constituição de 1946.....	110
3.11.6	Constituição de 1967/1969.....	110
3.11.7	Constituição de 1988.....	112
3.11.8	A Constituição de 1988 e seu papel dirigente.....	113
3.12	Interpretação constitucional.....	114
3.12.1	Necessidade de uma interpretação sistêmica da Constituição.....	116
3.12.2	Peculiaridades da interpretação constitucional.....	116
3.12.3	Inicialidade da Constituição.....	117
3.12.4	Conteúdo político.....	118
3.12.5	Linguagem em forma sintética.....	118
3.12.6	Predominância das normas de estrutura na Constituição.....	119
3.12.7	Princípio da presunção de constitucionalidade das normas infraconstitucionais.....	119
3.12.8	Métodos clássicos de interpretação constitucional.....	119
3.12.9	Classificação da interpretação quanto à origem.....	120
3.12.10	A tópica de Theodor Viehweg.....	120
3.12.11	A metódica estruturante de Friedrich Müller.....	121
3.13	A Constituição analisada sob um aspecto sistêmico.....	122

CAPÍTULO 4

	EFICÁCIA DAS NORMAS CONSTITUCIONAIS.....	127
4.1	Normas constitucionais de eficácia absoluta.....	129
4.2	Normas constitucionais de eficácia plena.....	130
4.3	Normas constitucionais de eficácia limitada.....	131
4.4	Normas programáticas.....	131

4.5	Normas de princípios institutivos.....	133
4.6	Normas de eficácia contida.....	134

CAPÍTULO 5

APLICABILIDADE DAS NORMAS CONSTITUCIONAIS NO TEMPO		137
5.1	Desconstitucionalização.....	137
5.2	Repristinação	138
5.3	<i>Vacatio constitutionis</i>	138
5.4	Recepção das normas infraconstitucionais.....	139

CAPÍTULO 6

PREÂMBULO CONSTITUCIONAL		141
--------------------------------	--	-----

CAPÍTULO 7

PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS		145
7.1	Princípios e regras.....	145
7.1.1	“Conceitos jurídicos indeterminados”	147
7.2	Princípios fundamentais.....	149
7.3	Regime democrático	149
7.4	Formas de Estado: unitário e federal.....	152
7.5	Formas de governo: monarquia e república	153
7.5.1	Republicanismo.....	155
7.6	Sistemas de governo: parlamentarismo e presidencialismo	158
7.7	Fundamentos da República Federativa do Brasil.....	160
7.7.1	Soberania	160
7.7.2	Cidadania	163
7.7.3	Dignidade da pessoa humana.....	163
7.7.3.1	Fundamentação do princípio da dignidade humana.....	165
7.7.4	Valores sociais do trabalho e da livre iniciativa.....	166
7.7.5	Pluralismo político.....	166
7.8	Legitimação do poder.....	167
7.9	Separação de poderes	168
7.10	Objetivos fundamentais.....	170
7.11	Princípios constitucionais internacionais	170

CAPÍTULO 8

TEORIA GERAL DOS DIREITOS HUMANOS		173
8.1	Introdução	173
8.2	Direitos humanos	173

8.3	Tentativa de conceituação dos direitos humanos.....	175
8.4	Retrospectiva histórica dos direitos humanos	180
8.5	Evolução das principais declarações de direitos	183
8.5.1	<i>Magna Charta Libertatum</i> (1215).....	183
8.5.2	A Carta da Virgínia (1606)	185
8.5.3	<i>Petition of Rights</i> (1628).....	185
8.5.4	<i>Bill of Rights</i> (1689).....	186
8.5.5	Declaração de Direitos da Virgínia (1776)	187
8.5.6	Declaração de Independência dos Estados Unidos (1776)	188
8.5.7	Declaração de Direitos do Homem e do Cidadão (1789).....	190
8.5.8	Declaração de Direitos do Povo Trabalhador e Explorado (1917).....	191
8.5.9	Declaração de Direitos do Homem (1948).....	192
8.6	Classificação dos direitos humanos	193
8.7	Evolução dos direitos humanos	194
8.8	Dimensões subjetiva e objetiva dos direitos humanos	198
8.8.1	Dimensão subjetiva.....	198
8.8.2	Dimensão objetiva.....	199
8.9	Teoria dos quatro <i>status</i> de Jellinek.....	199
8.10	Funções dos direitos humanos.....	200
8.10.1	Função de defesa	200
8.10.2	Função de prestação.....	200
8.10.3	Função de proteção perante terceiros	201
8.10.4	Função de não discriminação.....	201
8.11	Características dos direitos humanos	201
8.11.1	Historicidade.....	202
8.11.2	Universalidade.....	202
8.11.3	Inalienabilidade.....	202
8.11.4	Imprescritibilidade.....	203
8.11.5	Irrenunciabilidade.....	203
8.11.6	Limitabilidade.....	203
8.11.7	Concorrência	204
8.11.8	Constitucionalização	204
8.12	Limitação horizontal dos direitos humanos e o princípio da proporcionalidade	204
8.13	Tolerância.....	207
8.14	Eficácia horizontal dos direitos humanos (<i>Drittwirkung</i>).....	208

CAPÍTULO 9

DIREITOS INDIVIDUAIS E COLETIVOS	209
9.1 Direito à vida.....	210

9.1.1	Quando começa a vida humana?.....	211
9.2	Direito à liberdade.....	214
9.3	Isonomia	215
9.4	Isonomia de gênero.....	218
9.5	Compatibilidade entre as ações afirmativas e o princípio da isonomia.....	220
9.6	Princípio da legalidade.....	224
9.6.1	Jurisprudencialização.....	226
9.7	Direito de resistência	228
9.8	Princípio da liberdade de locomoção.....	229
9.9	Princípio da liberdade profissional.....	229
9.10	Princípio da liberdade de pensamento.....	230
9.10.1	Pensamento	230
9.10.2	Direito à informação pelos órgãos públicos.....	231
9.10.3	Liberdade de expressão de pensamento.....	231
9.10.4	Restrições à liberdade de pensamento.....	234
9.10.5	Ressarcimento do dano	235
9.10.6	Liberdade de consciência	237
9.10.7	Liberdade de crença.....	237
9.10.8	Escusa de consciência.....	238
9.11	Direito de privacidade	239
9.12	Direito à inviolabilidade de domicílio	241
9.13	Direito à inviolabilidade de comunicação.....	243
9.13.1	O Marco Civil da Internet	248
9.14	Direitos coletivos.....	248
9.14.1	Direito de reunião	248
9.14.2	Direito de associação	250
9.15	Direito de propriedade e sua função social	251
9.15.1	Exceções ao direito de propriedade.....	251
9.15.2	Defesa da pequena propriedade rural	253
9.15.3	Direito à herança	253
9.15.4	Propriedade imaterial.....	254

CAPÍTULO 10

GARANTIAS CONSTITUCIONAIS PROCESSUAIS		257
10.1	Direito processual constitucional e direito constitucional processual.....	257
10.2	Direito de petição	258
10.3	Princípio da universalidade de jurisdição e princípio do acesso ao Poder Judiciário.....	259
10.4	Duplo grau de jurisdição.....	260
10.5	Princípio da irretroatividade mitigada.....	261

10.6	Vedação de tribunais de exceção e juiz natural.....	262
10.7	Soberania do Tribunal do Júri.....	264
10.7.1	Garantias do Tribunal do Júri (art. 5º, XXXVIII, <i>a, b e c</i> , da CF).....	264
10.8	Princípio da legalidade penal.....	265
10.9	Crime de racismo e crimes hediondos.....	267
10.10	Penas permitidas e proibidas.....	269
10.11	Princípio do devido processo legal.....	270
10.12	Vedação à extradição de nacionais.....	273
10.13	Garantias processuais dos presos (art. 5º, XLVIII, L e LXI a LXVII, da CF).....	278
10.14	Prisão civil.....	279
10.15	Direito à duração razoável do processo.....	281

CAPÍTULO 11

REMÉDIOS CONSTITUCIONAIS, GARANTIAS CONSTITUCIONAIS E WRITS

	CONSTITUCIONAIS.....	283
11.1	<i>Habeas corpus</i>	284
11.2	Mandado de segurança.....	288
11.2.1	Procedimento do mandado de segurança.....	290
11.2.2	Mandado de segurança coletivo.....	293
11.3	Mandado de injunção.....	298
11.4	<i>Habeas data</i>	303
11.4.1	Fase pré-processual.....	305
11.4.2	Fase judicial.....	306
11.5	Ação popular.....	306
11.6	Ação civil pública.....	308
11.6.1	Competência.....	310
11.6.2	Legitimidade.....	310
11.6.3	Inquérito civil.....	312
11.6.4	Compromisso de ajustamento de conduta.....	312
11.6.5	Coisa julgada.....	313
11.6.6	Da responsabilidade ambiental do réu e a sentença.....	313
11.6.7	Sucumbência.....	314
11.7	Da ação civil pública como instrumento de controle de constitucionalidade.....	314

CAPÍTULO 12

	APLICABILIDADE IMEDIATA DOS DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS E O SEU CARÁTER EXEMPLIFICATIVO.....	315
12.1	Aplicabilidade imediata dos direitos e garantias fundamentais.....	315
12.2	Princípio exemplificativo dos direitos e garantias fundamentais.....	316

12.3	A constitucionalização dos tratados e convenções internacionais.....	317
12.4	O controle de convencionalidade e a interpretação pela norma mais favorável ao titular do direito	318
12.5	A jurisdição do Tribunal Penal Internacional	319

CAPÍTULO 13

DIREITOS SOCIAIS.....	323
13.1 Definição dos direitos sociais.....	325
13.1.1 Enquadramento dos direitos sociais	331
13.1.2 Coercitividade dos direitos sociais.....	333
13.1.3 Direitos individuais dos trabalhadores	336
13.1.4 Garantia de emprego	336
13.1.5 Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS	336
13.1.6 Seguro-desemprego.....	337
13.1.7 Salário mínimo	337
13.1.8 Condições dignas de trabalho, repouso e inatividade.....	338
13.1.9 Proteção	339
13.1.10 Estipulação da jornada de trabalho.....	340
13.1.11 Reconhecimento das convenções e acordos coletivos de trabalho.....	341
13.1.12 Assistência gratuita aos filhos e dependentes desde o nascimento até cinco anos de idade em creches e pré-escolas	342
13.1.13 Proteção em face da automação	342
13.1.14 Participação nos lucros e cogestão.....	342
13.1.15 Vantagens salariais	343
13.1.16 Vedações nas relações trabalhistas.....	344
13.1.17 Prazo prescricional.....	346
13.1.17.1 Da extensão dos direitos trabalhistas aos empregados domésticos.....	347
13.2 <i>Entrenchment</i> dos direitos sociais.....	348
13.2.1 Estabelecimento dos parâmetros do <i>entrenchment</i>	351
13.2.2 Extensão do <i>entrenchment</i> . O conteúdo mínimo dos direitos fundamentais.....	352
13.2.3 Reserva do possível.....	356
13.3 Direitos coletivos dos trabalhadores	358
13.3.1 Liberdade de associação profissional ou sindical	358
13.3.2 Liberdade sindical.....	358
13.3.3 Liberdade de adesão sindical	358
13.3.4 Liberdade de atuação sindical.....	358
13.3.5 Proteção aos dirigentes sindicais.....	359
13.3.6 Greve	359
13.3.7 Substituição processual.....	360

13.3.8	Participação laboral.....	360
13.3.9	Representação na empresa.....	361

CAPÍTULO 14

NACIONALIDADE.....		363
14.1	Exceções ao <i>jus soli</i>	365
14.2	Formas de naturalização.....	366
14.3	Princípio da reciprocidade.....	367
14.4	Exceções à igualdade entre brasileiros natos e naturalizados	367
14.5	Outras distinções entre brasileiros natos e naturalizados.....	368
14.6	Perda da nacionalidade do brasileiro.....	368
14.7	Casos de dupla nacionalidade permitidos pelo Brasil	369
14.8	Reaquisição da nacionalidade brasileira	369
14.9	Condição jurídica do estrangeiro residente no Brasil.....	370
14.10	Limites territoriais do Brasil para a configuração do <i>jus soli</i>	371
14.11	Língua oficial e símbolos nacionais.....	372

CAPÍTULO 15

DIREITOS POLÍTICOS		373
15.1	A soberania popular e a soberania da nação.....	373
15.2	Legitimação democrática	374
15.3	Institutos da democracia participativa	375
15.4	Representação política.....	377
15.5	Sistemas eleitorais	381
15.6	Alistamento eleitoral e voto.....	381
15.7	Condições de elegibilidade.....	382
15.8	Reeleição	383
15.9	Inelegibilidade	384
15.9.1	Da natureza jurídica da inelegibilidade	386
15.9.2	Inelegibilidade como situação jurídica	387
15.10	Elegibilidade do militar.....	388
15.11	Ação de impugnação de mandato eletivo	388
15.12	Perda e suspensão dos direitos políticos.....	390
15.13	Princípio da anterioridade eleitoral e impedimento da <i>vacatio legis</i>	391
15.14	Situação jurídica das “candidaturas coletivas” à luz da Constituição Federal	392

CAPÍTULO 16

PARTIDOS POLÍTICOS.....		395
16.1	Histórico	396

16.2	Criação	397
16.3	Princípios partidários.....	399
16.4	Quociente eleitoral	402
16.5	Da disciplina partidária	402
16.6	Fidelidade partidária	404
16.7	Fidelidade partidária e liberdade no exercício do mandato parlamentar	409
16.8	Processo de perda de cargo eletivo por infidelidade partidária.....	411
16.9	Fidelidade partidária antes da Resolução nº 22.610/2007	414

CAPÍTULO 17

ORGANIZAÇÃO POLÍTICO-ADMINISTRATIVA.....	415
17.1 Desmembramento dos estados-membros e dos municípios	415
17.1.1 Requisitos para o desmembramento de estado-membro.....	416
17.1.2 Requisitos para o desmembramento de município	416
17.2 Vedações aos entes federativos	417
17.3 Bens da União	418

CAPÍTULO 18

COMPETÊNCIA FEDERATIVA	421
18.1 Competência exclusiva da União.....	423
18.2 Competência privativa	425
18.3 Competência comum	425
18.4 Competência concorrente	427
18.5 Competência dos estados federados	429
18.5.1 Competência residual.....	429
18.5.2 Competência de organização administrativa.....	429
18.6 Conflito na repartição de competência	430
18.6.1 A repartição constitucional de competências no enfrentamento à pandemia de Covid-19.....	431
18.7 Bens dos estados-membros.....	432
18.8 Organização política dos estados-membros.....	432
18.9 A estrutura constitucional dos municípios.....	433
18.10 Competência municipal	434
18.11 Organização política dos municípios.....	437
18.12 Fiscalização municipal	441
18.13 Distrito Federal.....	442
18.14 Territórios	443

CAPÍTULO 19

INTERVENÇÃO	445
19.1 Intervenção estadual e municipal.....	446
19.2 Tipos de intervenção.....	447
19.3 Concretização da intervenção	448
19.4 Limites da intervenção federal.....	450
19.5 Natureza da intervenção.....	451
19.6 Motivos da intervenção nos estados	451
19.7 Motivos da intervenção nos municípios.....	453
19.8 Requisitos para a decretação da intervenção.....	454

CAPÍTULO 20

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.....	457
20.1 Considerações preliminares.....	457
20.2 Princípios da Administração Pública	458
20.2.1 Princípio da legalidade.....	458
20.2.2 Princípio da moralidade.....	459
20.2.3 Princípio da impessoalidade	460
20.2.4 Princípio da publicidade	460
20.2.5 Princípio da eficiência.....	461
20.2.5.1 Características do princípio da eficiência.....	462
20.3 Princípios implícitos da Administração Pública.....	463
20.3.1 Princípio da supremacia do interesse público.....	463
20.3.2 Princípio da finalidade	463
20.3.3 Princípio da motivação.....	464
20.3.4 Princípio da responsabilidade estatal.....	464
20.4 Investidura na Administração Pública	464
20.5 Direito de greve dos servidores públicos	468
20.6 Remuneração dos servidores públicos.....	470
20.7 Vedação de acumulação de cargo, função ou emprego público	471
20.8 Improbidade administrativa	473
20.9 Responsabilidade da Administração Pública	476
20.10 Licitação para contratação de obras, serviços, compra e alienações pela Administração Pública.....	478
20.11 Publicidade dos órgãos públicos.....	483
20.12 Responsabilidade civil decorrente de atos legislativos.....	484
20.12.1 Pressupostos necessários à sua configuração.....	485
20.12.2 Hipóteses de responsabilidade civil por atos legislativos	486

20.13	Perda de cargo ou emprego público.....	487
20.14	Dos militares dos estados, do Distrito Federal e dos territórios.....	489

CAPÍTULO 21

REGIME PREVIDENCIÁRIO DOS SERVIDORES PÚBLICOS		491
21.1	Regime previdenciário dos servidores públicos	491
21.2	Natureza do regime previdenciário dos servidores públicos.....	493
21.3	Previdência complementar	494
21.4	Aposentadoria dos futuros servidores	495
21.5	Requisitos para a aposentadoria com proventos integrais.....	496
21.6	Contribuição extraordinária (art. 149 da Constituição Federal)	497
21.7	Regras de transição do regime próprio de previdência	498
21.8	Abono de permanência	499
21.9	Novas regras das pensões.....	499
21.10	Teto salarial	500
21.11	Sistema previdenciário dos estados, municípios e Distrito Federal.....	502
21.12	Aposentadoria especial	503
21.13	Contribuição dos inativos.....	503
21.13.1	Proteção parcial dos direitos adquiridos.....	504
21.14	A contribuição dos inativos e o direito adquirido	505
21.15	Outras inconstitucionalidades da Reforma Previdenciária	508
21.16	Decisão do Supremo Tribunal Federal sobre contribuição previdenciária	510

CAPÍTULO 22

REGIÕES	513
---------------	-----

CAPÍTULO 23

PODER LEGISLATIVO.....		517
23.1	<i>Quorum</i>	520
23.2	Atribuições do Congresso Nacional.....	521
23.2.1	Atribuição legislativa imprópria.....	522
23.2.2	Atribuição legislativa própria	522
23.2.3	Direito de convocação.....	523
23.2.4	Direito de audiência.....	524
23.2.5	Direito de informação administrativa	524
23.3	Atribuições da Câmara dos Deputados.....	524
23.4	Atribuições do Senado.....	525
23.5	Imunidades parlamentares e perda de mandato	526
23.5.1	Requisitos para abertura de processo contra parlamentares (imunidade formal)	530

23.5.2	Extensão da imunidade.....	533
23.5.3	Impedimentos dos parlamentares.....	533
23.5.4	Perda do mandato.....	534
23.5.5	Investidura, pelos parlamentares, em outros cargos.....	536
23.5.6	Licenças.....	537
23.5.7	Afastamento de parlamentares.....	537
23.6	Reunião.....	538
23.6.1	Sessões extraordinárias.....	540
23.6.2	Sessões conjuntas.....	540
23.7	Comissão representativa.....	542
23.8	Comissões.....	542
23.9	Comissões parlamentares de inquérito.....	542
23.9.1	Dever de comparecimento à Comissão Parlamentar de Inquérito.....	545
23.9.2	Transferência de sigilos bancário, fiscal, telemático e telefônico.....	546
23.9.3	Princípio da colegialidade.....	547

CAPÍTULO 24

PROCESSO LEGISLATIVO.....	549	
24.1	Da não existência de hierarquização no art. 59 da CF.....	550
24.2	Emendas constitucionais.....	551
24.2.1	Limites materiais.....	552
24.2.2	Limites temporais.....	554
24.2.3	Limites circunstanciais.....	555
24.2.4	Procedimento das emendas.....	556
24.3	Leis complementares.....	558
24.4	Leis ordinárias. Procedimento ordinário.....	559
24.5	Procedimento sumário.....	567
24.6	Procedimento sumaríssimo.....	567
24.7	Procedimento legislativo abreviado.....	568
24.8	Procedimento legislativo concentrado.....	568
24.9	Procedimento legislativo especial.....	568
24.10	Leis delegadas.....	569
24.11	Medidas provisórias.....	570
24.11.1	Medidas provisórias editadas por governadores.....	576
24.12	Lei federal e lei nacional.....	577
24.13	Decretos legislativos e resoluções.....	577
24.14	Tratados internacionais.....	578
24.15	Leis orçamentárias.....	579

CAPÍTULO 25

FISCALIZAÇÃO CONTÁBIL, FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA	583
--	-----

CAPÍTULO 26

PODER EXECUTIVO	591
26.1 Competência do presidente da República	593
26.2 Ministros de Estado	595
26.3 <i>Impeachment</i>	596
26.3.1 Histórico	596
26.3.2 Crimes de responsabilidade.....	597
26.3.3 Crimes comuns.....	598
26.3.4 Procedimento nos crimes de responsabilidade.....	598
26.3.5 Procedimento nos crimes comuns.....	600
26.3.6 Sanção	601
26.3.7 Responsabilidade relativa do presidente da República	602
26.3.8 Competência do STF para julgamento dos crimes comuns.....	602
26.3.9 Competência do STJ para julgamento dos crimes comuns	603
26.3.10 <i>Impeachment</i> da Presidenta Dilma Rousseff.....	603
26.3.11 O <i>impeachment</i> de governadores e prefeitos	604

CAPÍTULO 27

CONSELHO DA REPÚBLICA E CONSELHO DE DEFESA NACIONAL	607
27.1 Conselho da República.....	607
27.2 Conselho de Defesa Nacional.....	608

CAPÍTULO 28

PODER JUDICIÁRIO	611
28.1 Estrutura do Poder Judiciário.....	611
28.2 Obrigatoriedade de três anos de exercício de atividades jurídicas	615
28.3 Introdução de parâmetros objetivos de aferição por merecimento	617
28.4 Recusa do juiz mais antigo	619
28.5 Impedimento de promoção	619
28.6 Critérios de acesso aos tribunais de segundo grau	620
28.7 Cursos de preparação, aperfeiçoamento e promoção de magistrados	621
28.8 Obrigatoriedade de residência na comarca	621
28.9 Remoção, disponibilidade e aposentadoria dos magistrados.....	622
28.10 Publicidade dos julgamentos e eleição para a composição do órgão especial.....	623
28.11 Agilização da prestação jurisdicional.....	625

28.12	Quinto constitucional nos tribunais	627
28.13	Juizados Especiais e Justiça de Paz.....	628
28.14	Autonomia do Poder Judiciário.....	629
28.15	Supremo Tribunal Federal	630
28.16	Extensão dos efeitos vinculantes da decisão	634
28.17	Súmula vinculante	635
28.18	Súmulas vinculantes publicadas pelo Supremo Tribunal Federal.....	638
28.19	Conselho Nacional de Justiça.....	653
28.20	A constitucionalidade do Conselho Nacional de Justiça.....	656
28.21	A Resolução nº 7 do Conselho Nacional de Justiça.....	656
28.22	Superior Tribunal de Justiça	657
28.23	Recurso extraordinário e recurso especial	661
28.24	Repercussão geral dos recursos extraordinários	663
28.25	Tribunais Regionais Federais e juízes federais.....	665
28.25.1	Julgamento de crimes contra direitos humanos pela Justiça Federal	668
28.26	Tribunais e juízes do Trabalho.....	669
28.26.1	Regulamentação do Superior Tribunal do Trabalho	669
28.26.2	Criação do Conselho Superior da Justiça do Trabalho.....	671
28.26.3	Varas da Justiça do Trabalho	671
28.26.4	Competência da Justiça do Trabalho.....	671
28.26.5	Tribunais Regionais do Trabalho.....	679
28.27	Tribunais e juízes eleitorais	680
28.28	Tribunais e juízes militares.....	682
28.29	Tribunais e juízes dos estados.....	683
28.30	Precatórios.....	685
28.31	Ativismo judicial e estado de coisa inconstitucional.....	690

CAPÍTULO 29

JURISDIÇÃO CONSTITUCIONAL	693	
29.1	Conceito de jurisdição.....	693
29.2	Classificação da jurisdição.....	694
29.3	Definição de jurisdição constitucional.....	696
29.4	Natureza da jurisdição constitucional.....	697
29.5	Função da jurisdição constitucional.....	699

CAPÍTULO 30

CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE.....	703	
30.1	Fundamentação	703
30.2	Natureza do ato declarado inconstitucional.....	704

30.3	Histórico	706
30.4	Retrospectiva do controle de constitucionalidade nas Constituições brasileiras.....	707
30.5	Órgãos de controle de constitucionalidade	710
30.6	Tipos de inconstitucionalidade	711
30.7	Momentos de incidência do controle de constitucionalidade	715
30.8	Controle das normas constitucionais no tempo.....	718
30.9	Extensão da inconstitucionalidade.....	720
30.10	Ação direta de inconstitucionalidade ADIn	720
30.11	Ação direta de inconstitucionalidade por omissão	725
30.12	Ação declaratória de constitucionalidade – ADC	733
30.13	Ação direta interventiva.....	736
30.14	Arguição de descumprimento de preceito fundamental – ADPF	737
30.14.1	Competência	739
30.14.2	Inovações	740
30.14.3	Procedimento.....	741
30.14.4	Princípio da subsidiariedade.....	743
30.14.5	Analogia com o recurso constitucional alemão	745
30.14.6	Incidente de constitucionalidade e a sua inconstitucionalidade	747
30.15	Controle difuso ou por via de exceção.....	748
30.16	Modulação de efeitos em sede de controle difuso	752
30.17	Transcendência dos motivos em ações diretas.....	754
30.18	Efeito vinculante em sede de controle difuso?	755
30.19	O controle difuso e a reserva de plenário	757
30.20	Controle de constitucionalidade nos âmbitos estadual e municipal	759
30.21	Interpretação conforme a Constituição e inconstitucionalidade parcial sem redução de texto	762
30.22	Procedimento do sistema concentrado de controle de constitucionalidade. Lei nº 9.868/1999 (ação direta de inconstitucionalidade e ação declaratória de constitucionalidade).....	764
30.23	Bloco de constitucionalidade.....	770
30.24	Inconstitucionalidade da coisa julgada	772

CAPÍTULO 31

	FUNÇÕES ESSENCIAIS À JUSTIÇA.....	777
31.1	Ministério Público	778
31.1.1	Natureza do Ministério Público.....	779
31.1.2	Princípios institucionais (art. 127, §1º, da CF)	780
31.1.2.1	Unidade.....	780
31.1.2.2	Indivisibilidade.....	782
31.1.2.3	Independência funcional	782

31.1.3	Garantias.....	783
31.1.3.1	Vitaliciedade.....	783
31.1.3.2	Inamovibilidade	783
31.1.3.3	Irredutibilidade de subsídios	784
31.1.4	Vedações	784
31.1.5	Autonomia administrativa e funcional	785
31.1.6	Autonomia financeira e proposta orçamentária do Ministério Público.....	785
31.1.7	Provimento.....	786
31.1.8	Funções institucionais.....	786
31.2	Controle “externo” do Ministério Público.....	787
31.3	Advocacia pública	789
31.4	Advogados.....	792
31.5	Defensoria Pública	795
31.6	Autonomia da Defensoria Pública.....	797

CAPÍTULO 32

ESTADO DE EXCEPCIONALIDADE LEGAL.....		799
32.1	Histórico	800
32.2	Estado de defesa	801
32.3	Motivos para a instalação do estado de defesa.....	801
32.4	Medidas do estado de defesa.....	802
32.5	Estado de sítio	803
32.6	Motivos para a instalação do estado de sítio	804
32.7	Medidas do estado de sítio	804
32.8	Disposições gerais do estado de sítio e de defesa	805

CAPÍTULO 33

FORÇAS ARMADAS		807
----------------------	--	-----

CAPÍTULO 34

SEGURANÇA PÚBLICA		813
-------------------------	--	-----

CAPÍTULO 35

SISTEMA TRIBUTÁRIO NACIONAL.....		817
35.1	Tributo e espécies tributárias	817
35.1.1	Conceito de tributo.....	817
35.1.2	Espécies de tributos	817
35.1.2.1	Impostos.....	818
35.1.2.2	Taxas.....	819

35.1.2.3	Contribuição de melhoria	820
35.1.2.4	Empréstimos compulsórios.....	821
35.1.2.5	Contribuições especiais.....	821
35.2	Limitações ao poder de tributar.....	823
35.2.1	Princípio da legalidade tributária.....	823
35.2.2	Reserva de lei complementar em matéria tributária	823
35.2.3	Princípio da isonomia.....	824
35.2.4	Princípio da irretroatividade.....	825
35.2.5	Princípio da anterioridade.....	825
35.2.6	Princípio da noventena.....	826
35.2.7	Princípio da proibição de confisco.....	826
35.2.8	Princípio da capacidade contributiva	827
35.2.9	Princípio da liberdade de tráfego.....	828
35.2.10	Vedação de diferenças tributárias em razão da procedência ou destino de bens e serviços de qualquer natureza	829
35.2.11	Imunidades tributárias.....	829
35.2.11.1	Imunidade recíproca	829
35.2.11.2	Imunidade dos templos de qualquer natureza	830
35.2.11.3	Imunidade dos partidos políticos, das entidades sindicais e das instituições de educação ou de assistência social sem fins lucrativos.....	831
35.2.11.4	Imunidade dos livros, jornais, periódicos e o papel destinado à sua impressão	832
35.2.11.5	Imunidade para fonogramas e videofonogramas musicais produzidos no Brasil.....	832
35.3	Exoneração tributária e “guerra fiscal”	833
35.4	Substituição tributária “para frente”	834
35.5	Vedações à União	834
35.6	Tratamento diferenciado para as microempresas e empresas de pequeno porte.....	835
35.7	Impostos da União	836
35.7.1	Imposto de importação e exportação sobre comércio exterior	836
35.7.2	Imposto sobre renda e proventos de qualquer natureza	836
35.7.3	Imposto sobre Produtos Industrializados.....	837
35.7.4	Imposto sobre Operações Financeiras – IOF.....	837
35.7.5	Imposto sobre Propriedade Territorial Rural.....	838
35.7.6	Imposto sobre Grandes Fortunas	838
35.7.7	Competência residual e impostos extraordinários	839
35.8	Impostos dos estados e do Distrito Federal	839
35.8.1	Imposto de Transmissão <i>Causa Mortis</i> e Doação.....	839
35.8.2	Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS.....	840
35.8.3	Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores – IPVA.....	841

35.9	Impostos municipais.....	842
35.9.1	Imposto sobre Propriedade Predial e Territorial Urbana – IPTU.....	842
35.9.2	Imposto de Transmissão <i>Inter Vivos</i>	842
35.9.3	Imposto sobre Serviços – ISS.....	843
35.10	Repartição das receitas tributárias.....	843
35.10.1	Repartição direta aos estados e ao Distrito Federal.....	844
35.10.2	Repartição direta aos municípios	844
35.10.3	Repartição indireta por parte da União.....	844
35.10.4	Vedação de retenção.....	845

CAPÍTULO 36

FINANÇAS PÚBLICAS.....	847	
36.1	Normas gerais.....	847
36.2	Leis orçamentárias.....	849
36.3	Procedimento de confecção das leis orçamentárias	851
36.4	Vedações às leis orçamentárias.....	852
36.5	Despesas de pessoal.....	854
36.6	Emendas parlamentares e a natureza jurídica do orçamento.....	855
36.7	Novo Regime Fiscal e as medidas de austeridade fiscal	857

CAPÍTULO 37

DA ORDEM ECONÔMICA E FINANCEIRA.....	859	
37.1	Constituição econômica	859
37.2	Da ordem econômica	863
37.3	Dos princípios gerais da ordem econômica.....	868
37.4	Intervenção do Estado na economia.....	874
37.5	O Estado como agente normativo	876
37.6	Prestação de serviço público por parte do Estado	877
37.7	Regulamentação dos recursos minerais e potenciais de energia hidráulica	878
37.8	Política urbana.....	880
37.9	Desapropriação de imóveis urbanos.....	880
37.10	Usucapião urbano	881
37.11	Política agrícola, fundiária e reforma agrária.....	881
37.12	Usucapião rural	883

CAPÍTULO 38

SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL	885	
38.1	Correção da impropriedade temática	885

38.2	Nova estruturação do art. 192	886
38.3	Modificação do art. 52 do ADCT	887
38.4	Gastos públicos e a Emenda Constitucional nº 95	887

CAPÍTULO 39

ORDEM SOCIAL	889	
39.1	Seguridade social	889
39.1.1	Diversidade de financiamento	890
39.2	Saúde	892
39.2.1	Conceituação do direito à saúde	894
39.2.2	Efetivação do direito à saúde	897
39.3	Previdência Social	901
39.4	Assistência social	905
39.5	Educação	906
39.6	Cultura	910
39.7	Desporto	913
39.8	Ciência e tecnologia	915
39.9	Comunicação social	916
39.10	Meio ambiente	919
39.11	Família	923
39.12	Índios	929
REFERÊNCIAS	931	